



ATA
Reunião 04/03/2013
14h – ADECE

Entidades presentes:

Aristides Filho (CTI-NE), Janete Lucena (TITAN), Charles Boris (ASSEPRO-CE), Ricardo Colares (UNIFOR), Valdisio Viana (UECE), Wagner Forte (FECOMÉRCIO/SENAC), Elpidio Silva (SECITECE), Raniere Medeiros (SEITAC), Paulo Mendonça Junior (ETICE), César Cals Neto (FIEC), Herbart Neto (SEBRAE), Marcus Veloso (FIEC), Francisco Soares (ADECE), Vasco Furtado (PMF), José Antônio Macedo (UFC), Adriano Bessa (BNB).

Compareceram ainda: Analio Rodrigues (BFA Consultoria), Lenardo Castro (LCA), Ruan Rodrigues (BFA Consultoria), Manoel (ETICE), Tibério Bernardo (BNB) e Clara Moura (ADECE).

Entidades ausentes:

1. IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
2. Assembleia Legislativa
3. FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
4. SEFAZ/CE - Secretaria da Fazenda do Ceará
5. Secretaria das Cidades
6. SINDIES - Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Ceará

Abertura da reunião foi realizada pelo Presidente da CSTIC, **Charles Boris (ASSEPRO-CE)**, inicia a reunião agradecendo a presença de todos, informando a presença de novos membros na câmara setorial depois dos ofícios que pediam a confirmação dos nomes e indicação dos novos membros já obtiveram resposta de alguns órgãos.

Seguindo os trabalhos, foi apresentada a pauta da reunião com os seguintes itens:

1. Apresentação: Mecanismos de captação de recursos para o setor de TI (Análio Rodrigues BFA, Lenardo Castro - LCA, Representante BNB);
2. Discussões;
3. Outros assuntos.

Foi destacada a presença do professor Valdisio Viana representando a UECE em substituição ao professor Celestino. Falou-se dos que estavam começando hoje, bem como a presença da SECITECE através do seu representante Elpidio Silva, desejando-lhe as boas vindas, comentou-se ainda que é um órgão muito importante que estava fazendo falta as reuniões da CSTIC. Hebart Melo foi confirmando representando o SEBRAE. Os outros representantes já se encontra a mais de um ano participando das reuniões. Comentou-se que dentro do planejamento realizado para o ano de 2013, entrando diretamente na questão da pauta, elencaram-se alguns pontos importantes para ajudar a cadeia produtiva de TI do Estado do Ceará. E a câmara já vem discutindo estes pontos desde o ano passado que são: a área tributária - na qual foram colocados tanto para o Governo do Estado do Ceará quanto para a Prefeitura de Fortaleza, quais são os

pleitos da Câmara Setorial. Na reunião com Roberto Smith (Presidente da ADECE) foram colocados estes pontos, bem como o compromisso de agendamento de uma reunião com a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará para definição de estratégias no objetivo de uma solução no âmbito do Governo do Estado, onde será um fato positivo no desdobramento na área tributária. A nova gestão municipal já recebeu o documento como pleitos da CSTIC, sabe-se que a Prefeitura está no início de gestão e que até o preenchimento de todos os cargos de gestores e de pessoas para cumprir o desafio que a nova gestão tem pela frente. Mas o objetivo é o contato ainda no mês de março pela CSTIC com a nova gestão municipal. Outra frente é relativa a recursos humanos, nesta foi criado um grupo de trabalho para pesquisa do ponto de vista de formação de pessoas aqui no Estado de como está a oferta, no termo de quantidade e tipo de formação para que se possa ter um retrato da grande carência do setor, que é a mão de obra, já tem um grupo de trabalho em atuação. O terceiro vetor importante é a parte de financiamento de recursos para sustentar o crescimento das empresas de TI ou para viabilizar os projetos de TI das empresas consumidoras de TI, seja da área pública ou da área privada do Estado do Ceará. **Charles Boris (ASSEPRO-CE)** comentou que pelo seu conhecimento das empresas cearenses de TI, que é muito tímida a busca das empresas por fontes de financiamento para alavancar sua operação, sua estratégia de crescimento, ao contrario do que se vê nas empresas da região sudeste, tem-se alguns dos grandes grupos nacionais que foram fomentados pelo BNDES, com é o caso da Totvs, um caso recente é o grupo Links, estas empresas que tem papeis negociados na bolsa de valores. São empresas que tiveram forte crescimento e hoje são empresas de destaque no mercado nacional, mas que no determinado momento da sua trajetória, precisaram recorrer a fontes de financiamento. Fontes de financiamento ocupam um papel realmente relevante na cadeia produtiva de TI. Diante deste fato foi solicitada a presença do Leonardo Castro, pois ele tem uma experiência considerável em projetos e startups de empresas, ele tem uma empresa focada nesta área, que poderá dar uma contribuição com a visão de além do que existem, quais são as dificuldades que temos enfrentado dentro do nosso Estado, bem como a presença do Análio Rodrigues que tem uma grande experiência na captação de recursos, trabalhou com vários startups e incubadoras no Ceará, foi percussor do INSOFTEC e atualmente tem uma empresa de consultoria na área de captação de recursos. Também foi solicitada a presença do Banco do Nordeste que é um grande agente de captação da nossa região. Justificou-se que a ideia era pegar um pouco da experiência dos consultores e de quem atua neste mercado para que possa entender os mecanismos de financiamento e o que na opinião da CSTIC coincide com a visão do Charles na timidez das empresas na busca por recursos, seja empresas que tem TI como objeto principal de negócio, sejam os que usam TI para alavancar os seus negócios na utilização destes recursos e quais tipos de ações se poderia estabelecer dentro da CSTIC para contribuir para melhoria atual estágio das empresas cearenses. A palavra é dada ao Sr. **Análio Rodrigues** onde começa sua apresentação agradecendo o convite de participação na CSTIC. Ele iniciou sua apresentação dizendo que trabalha com inovação tecnológica e a questão de capital de risco. No que tange a parte de financiamento, foi sustentando há muito tempo, muitas alternativas para colocar as empresas de TI no mercado nacional. No Ceará em particular tem uma grande dificuldade em aceitar financiamento e capital de risco. Esse quadro só melhorou a partir de 2009 onde algumas empresas tiveram participação no CRIATEC, deixando de ser cearense passando a ter outro capital. Do ponto de vista financiamento as empresas cearenses não conseguiram avançar muito sendo uma das grandes dificuldades é a questão da garantia, pois ela é muito difícil de implantar. Em 2009 Banco do Nordeste criou uma linha de crédito de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) de limite, sem garantias, mas não foi muito a frente. A FINEP tentou de todas as maneiras, por exemplo, aqui no Ceará, por diversas vezes tentaram criar o fundo juros zero, foi impraticável, por que os empresários não falavam com o Governo, o Governo não conseguia juntar os empresários. No Governo Lucio Alcântara, no primeiro ano a FINEP lançou um programa de financiamento onde a empresa pegava duas vezes seu faturamento e o montante era parcelado em 100 meses, sem carência e sem juros. Ainda tentou-se aplicar o fundo a juros zero, mais não obteve êxito. Em seguida, através do SEBRAE, realizou-se algumas ações no apoio à micro e pequenas empresas, que também não foi à frente, pois os projetos eram pequenos e não iam para lugar nenhum. O BNDES criou uma linha, que essa dava melhores condições, uma parte do financiamento que pode ser sem garantia com segundo aval, e a outra parte com capital de risco, ou empresas que deseje um sócio. E quando se fala sobre quer um sócio, poucas empresas do Ceará querem um sócio na área de TI e para querer um sócio era um sócio institucional. Ao se olhar para o Brasil a grande questão começa em 2004 com a lei de inovação, que só começa a funcionar a partir de 2005. Ela é o grande marco no Brasil em relação a se fazer inovação tecnológica, é todo mundo começa a falar sobre inovação tecnológica, no ponto de vista das grandes empresas elas no máximo tem 10 anos. No ponto de vista de crescimento da empresa, poucas delas têm crescimento por meio de recursos próprios, a grande maioria, ou crescem através de consorcio ou por financiamento, e no Ceara tem-se poucas empresas com estas características. Então tem-se primeiro o sistema nacional como politica pública, um marco que define a partir de 2004, onde se começa a ter um mecanismo de financiamento. Os dois marcos legais que **Análio** chamou a atenção são: o marco de inovação, segundo é o lei do bem. **Charles** pergunta como ela financia e como pode ser financiado. **Análio** responde que Uma grande parte das empresas, principalmente empresas São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geras, se utilizam da lei do bem para oferecer serviços, os produtos

oferecidos podem ser pagos com recursos da Lei do Bem, ou seja, como a lei do bem não tem o dinheiro descontado faz um projeto encaminham para MCT e as empresas que estão contratando são beneficiadas. Em geral, no sul e no sudeste como as empresas não tem incentivos fiscais do ponto de vista do imposto de renda, elas se beneficiam com esta Lei do Bem. Aqui no nordeste tem empresas de serviços e empresas de comércio, que acessam mais a lei do bem, além de inovação, por sua vez, é ela que trás ai, o marco regulatório, ela cria condições, de todo mundo falar de inovação e dá um grande salto, complementa neste caso a questão da Lei de Informática que muitas empresas são obrigadas a investir. **Ricardo Colares** continua que se tem grandes modalidades de apoio, primeiro são os recursos não reembolsados, participação acionaria, financiamento e incentivos fiscais, são os quatros grandes pilares para a modalidade de apoio que as empresas em geral podem para se beneficiar. Recursos não reembolsáveis, que a partir da Lei de 2004/05 a Lei de Inovação que permite o que foi chamado de subvenção, antes disso a participação era de modo transversal, ou seja, faziam a parceria com as Universidades, à Universidade recebia o financiamento e o produto era entregue a empresa. Atualmente Governo Brasileiro pode colocar recurso direto na empresa a partir de edital, por exemplo, em 2011/12 não teve recursos de subvenção, era uma estratégia do Governo Federal, questão de politica fiscal, segurou mais este ano com certeza terá, antes o edital era lançado de modo geral, agora cada área lança seu edital. Na área de TI já tem o edital, ainda não foi lançado, mas vai ser lançado em função da autorização federal. E aí que entra uma segunda questão que é que as empresas do Ceará não fazem, não fazem pressão para colocar temas que diz respeito as suas particularidades, não tem mecanismo de pressão para dizer quais são as áreas. Por exemplo, o último edital não entrou empresas na área de TI, porque os três temas que lá estavam, nenhuma empresa tinha competência para fazer. E são recursos não reembolsáveis, assim estes recursos acabam indo para outros lugares, outras áreas. A participação acionaria que temos para pequena, média e grande empresa ou capitais sementes que foi uma estratégia iniciada pelo BNDES e agora consolidado com a FINEP com o CRIATEC, que fez uma grande diferença no Brasil com participação acionaria, empresas pequenas faturam entre dois a cinco milhões, que são compradas no máximo 40% e dependendo do valor ou do mercado estas empresas apostam para poder crescer. No financiamento é a grande dificuldade, o Banco do Nordeste tem linha de financiamento, mas quase não opera por conta das garantias, pois não tem o mecanismo de garantia. A FINEP tem financiamento também, mas não opera quase com as empresas por conta das garantias, apesar de ter tentado algumas vezes, mas não se conseguiu. O BNDES vem operando com algo interessante que é para projetos de até dez milhões de reais eles conseguem uma fiança com um aval de seguro, ela é a única instituição que consegue financiar com aval no próprio seguro. Os incentivos fiscais que para as empresas que embora não tenham podem vender para quem pode ter incentivos fiscais, no comercio. Por exemplo, aqui se tem grandes empresas comerciais e grandes empresas de serviços, já que elas não tem imposto de renda, podem receber incentivos fiscais. Estas são as quatro grandes modalidade que as empresas de TI podem receber recurso. **Analio** tem apoiado estas modalidades, estes são as quatros modalidade que as empresas podem receber recurso. E quem apoia estas modalidades são FINEP, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica e outras linhas que também poucas empresas conhecem, como o próprio SENAI, o SEBRAE, têm linhas que estimulam estas questões, o Ministério da Saúde para empresas que trabalham na área de TI com saúde, entre várias outras você encontra que não são diretamente apoiados ou não tem recursos de apoio, mas que de uma forma ou outra entram incentivando a inovação tecnológica. Perguntou-se quais são as grandes linhas programas daquelas anteriores que eles podem ser feito? Primeiro o Instituto de Pesquisa e Inovação, temos os centros de informação e infraestrutura, tem o CNPQ, os institucionais nacionais onde podem fazer parcerias. Fundos setoriais para empresas universidade junto com empresa tem a lei de inovação, tem o FUNTEC, o próprio BNB que aporta recurso para Universidades desde que o produto vá lá, tem o BNDES tem linha de recurso muito dinheiro para parceria Universidade empresa depende do que a empresa quer fazer com a Universidade, você tem pesquisador na empresa, bolsa CNPQ, Lei do Bem que são pesquisadores, tem projetos de CNPQ na empresa que é subversão econômica, Lei do Bem, BNDES, inovação tecnológica, programa inovação na empresa, FINEP, Inova Brasil, capital inovador, criação de novos negócios, de novo vem o PIP, subvenção econômica, PAP, para as pequenas empresas saiu o edital da FUNCAP foi publicado já esta disponível para empresas que faturam até R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e tem os parques tecnológicos. Essas sete linhas/programas se encontra recursos disponíveis no mercado brasileiro para fazer isso. Existem exigências legais que as empresas tem dificuldade de cumprir. A questão de conhecimento e acesso as linhas, a questão da adequação tributária, no caso da Lei do Bem, é permitido para quem é no mínimo empresa limitada no lucro real, quem faz realmente investimento em P&D, uma parte das empresas confundem o investimento P&D com os custos normais do seu dia-a-dia, não tendo um horizonte de como fazer os investimentos P&D, e as empresas por mais que a internet ajude ainda tem grande falta de informação das empresas. Custo de financiamento dependendo do que se vai fazer, como se trata financiamento para P&D, pois precisa ter um risco muito calculado, as grandes maiorias das empresas prefere fazer com recurso próprio e isso acaba se capitalizando e se paga um custo de curto prazo muito alto, enquanto se pode pagar em longo prazo mais barato, fatores internos da empresa que não tem isso apropriado, e a questão da elaboração dos projetos que a empresa tem uma grande dificuldade ou por fatores internos da empresa ou

por conta da ocupação das pessoas em seu dia-a-dia tem uma grande propensão de demorar ou de não ser feito o projeto. **Analio**, finalizando a apresentação na expectativa de encontrar, por ter uma esperança grande no setor de TI consiga formular algumas políticas para que se possa ter empresas consolidadas no ponto de vista de mercado no estado do Ceará, pois ainda não se tem o resultado que se quer ou se imaginava que a área de TI merece, falta ainda uma definição clara do ponto de vista de TI. Não TI apenas para o Ceará, mas para as empresas que aqui estão para o Mundo, para o Brasil, América Latina, falta tirar alguns pontos e brigar por estes mecanismos sobre a questão da timidez das empresas, as novas empresas que estão nascendo pela sua experiência só se fala em mercado do Ceará. Sabemos que o mercado do Ceará é pequeno, a empresa que alguns acessos melhores porque tornam o conhecimento muito próximo, mas em geral o mercado é brasileiro. Conhece-se bem o mercado baiano das empresas de TI, o mercado pernambucano das empresas de TI. O mercado do Ceará das empresas de TI. Há dezesseis anos, o Ceará tinha muito mais competência do ponto de vista empresarial do que as empresas de Pernambuco, hoje não temos, as empresas de Pernambuco conseguiram dar uma alavancada grande e conseguem ter empresas com outros mecanismos. Não se tem esses mecanismos nas empresas cearenses, por isso as empresas saíram do Ceará e estão hoje com maior faturamento, algumas empresas que eram aposta a dez a doze anos atrás elas não saíram da aposta porque se sempre se achou que iria com recurso próprio, e é difícil a empresa crescer com recurso próprio, ou se cresce com financiamento ou com a participação de outro porque no caso da TI os projetos são de média para longa maturação e o mercado é caro pra o primeiro cliente, todos sabem que precisa de um esforço enorme para entrar no mercado, permanecer e crescer no mercado, uma das maiores dificuldades quando não se quer um sócio é a questão de financiamento que não tem garantia para os projetos. Então para resolver do financiamento para o setor de TI seria criar um fundo segurador, um aval, que se não for feito não se vai andar muito. A FINEP tomou uma decisão de descentralizar seus recursos financeiros, esta procurando parceiros locais que queiram repassar seu financiamento, neste primeiro momento a FINEP vem tentando trabalhar com bancos estaduais ou banco de desenvolvimento, o Ceará não tem banco de desenvolvimento, tem o Banco do Nordeste que é do nordeste, neste caso, a FINEP empresta o dinheiro ao Banco do Nordeste e este financia para as empresas, não é competitivo e acaba caindo no mesmo problema da falta de garantias. O melhor mecanismo hoje é o BNDES com fundo de aval, se fosse possível criar um fundo de aval para segurar projetos de até R\$ 10.000.000,00 seria um grande avanço para as empresas cearenses, existe a possibilidade de mudar este mecanismo. O segundo ponto é tirar da área de TI alguns itens que são caros a essa empresa, que precisa tornar empresas de classe brasileira ou de classe mundial e dizer o ministério da ciência e tecnologia que este tema é caro e que gostaria de ver nos editais de subvenção, para que as empresas de TIC não fiquem fora das disputas do mercado nacional. Os temas são definidos por comitês gestores e não tem nenhum dos representantes das empresas de TI participando deste comitê. **Analio** questiona - Como fazer a articulação para o caminho de inclusão? No caso por subvenção pode ser por sindicato ou associação, e encaminhar via Secretaria de Ciência e Tecnologia ou a própria empresa encaminhar pela Fecomércio os temas, as propostas. O Brasil precisa criar competência na área de TI para equipamentos, pois não se sabe cuidar de equipamentos com TI seja para área de manutenção, seja para área de leitura de sinais, não tem-se isso. Na parte das forças armadas, TI para segurança, não segurança da informação, mas usando como instrumental de defesa, não tem-se. Enfim, tem uma vastidão de coisas, a questão é olhar e tentar entender quantos temas são caros para formação destas empresas, têm-se muitas empresas competentes e competitivas, o que falta é saber quais são os instrumentos para estas empresas crescerem. Analisando-se o mercado nacional, as empresas que são maiores, todas elas, tiveram participação em alguma coisa, teve participação de recurso, financiamento ou sócio. Em depoimento um dos participantes falou sobre sua experiência no município que são os fundos de aval municipal, tem dificuldade por não entender o recurso, que nele se tem o valor de alavancagem. Outro participante destaca uma coisa que é impar no Estado que não se esta aproveitando bem, como o FIT, que não se tem poder de pressão, explica que o FIT é uma fonte estadual, já houve varias discussões com o Banco do Nordeste para que o FIT entrasse com parte no fundo de aval. É o mecanismo mais fácil, mas é difícil o dinheiro do FIT. Então o caminho mais objetivo é lançar algum programa. Hoje tem edital lançado, isso acontece eventualmente e não se utilizado como ferramenta de crescimento. TI esta envolvida em todas as áreas como mobilidade, saúde, segurança, em tudo se fala de TI. Discutiu-se que basicamente o problema das empresas de TI para financiamento é a garantia. Ao contrário do setor industrial, que as garantias são as máquinas, as instalações, já a propriedade rural tem a própria terra, a empresa de TI só tem gente, o uso do material é depreciado muito rapidamente são os equipamentos, necessita de um grande desafio pelo setor. Se o estado do Ceará tem uma parte de recurso que poderia de alguma forma pudesse usar é uma coisa relevante. Falou-se de como o Brasil criou todo este mecanismo? Em resposta – este mecanismo foi criado com experiência do sudeste, são perfeitos, são completos. Tem-se conversado sobre alguns outros mecanismos no passado que não funcionaram, como juros zero. Várias experiências na tentativa de implementar estes recursos, foram muitas as dificuldades. Uma das empresas, num destes períodos, capitou R\$ 17.000,00 dos R\$ 5.000.000,00 para inovação através de vinte três processos de projetos, isso até 2008, onde se abandonou esta linha pelas enormes dificuldades. Por outro lado, as linhas existem é muito custoso o processo de construção de projetos

vencedores, e ainda mais problemático a prestação de conta quando o dinheiro é não é reembolsável. Não existe um conhecimento profundo das questões, há um desentendimento entre os diversos analistas de projetos, não há um consenso, termina algumas vezes estes recursos se tornando uma armadilha. Tem-se uma alegria muito grande quando se recebe a carta que se vai ter R\$ 200.000,00 para financiar projeto para inovação, de uma forma não reembolsável, e a partir daí, uma dor de cabeça extraordinária que as prestações de contas, por mais perfeitas que sejam, pressupõe de alguma forma que a empresa tá querendo se apoderar do recurso sem ter os resultados. Se não conseguir fechar a conta, tem o rigorismo dos funcionários públicos que analisam, e ninguém tem coragem de assinar as prestações de contas. Ainda se tem um problema que não está resolvido e dificulta muito a captação de inovação, entende-se que os recursos que tem para as empresas em trainner, primeiro o que está colocado com clareza, o não reembolsável que hoje se esgotaram praticamente a não ser das fundações, todos eles são através de editais e não de recurso da fonte, estes recursos são totalmente políticos. Hoje os caminhos utilizados para colocação destes recursos são através do instituto de pesquisa. Então, o mecanismo entendido pelo o sudeste e o mecanismo entendido pelo FINEP, em particular, é o instituto de pesquisa, então, as empresas usaria parceria instituto de pesquisa e as faculdades para poderem ter seus projetos contemplados com partes desses recursos não reembolsados. O segundo passo, a ser vencido e também uma dificuldade, é que houve uma evolução, houve uma mudança na abordagem do Ministério de Ciência e Tecnologia em relação ao instituto de TI, então o que é inovação de TI? A criação de novo software? O estudo de componentes? O que é? As empresas trabalham geralmente com o mercado, coisa prática, efetivamente prática então esta parte prática pressupõe já existente, o quê que uma empresa vai fazer para desenvolver um novo sistema operacional? Sendo que é este tipo de coisa que o MCT está atrás, quando se trata de TI, inovação na área de TI, se está imaginado competir com a Microsoft, existe um desentendimento incrível, vê-se milhões de reais jogados no lixo todos os anos, literalmente, por aposta que não tem nenhum resultado. Critica-se fortemente o programa de desenvolvimento componente brasileiro, onde já se foram centenas de milhões de reais jogados no lixo. Hoje todos os projetos que vão para área de TI são ligados a linha de produção específica, como já foi citado: saúde, petróleo e gás, segurança pública, energia alternativas, nestas quatro áreas citadas, certamente existem outras, perguntou-se qual é o princípio? Em resposta – é assim desenvolve-se um software capaz de fazer análise de relevo e fazer projeção de força de ventos para energias alternativas. O que algumas empresas fizeram, principalmente em Brasília, eles vão a determinadas empresas, levantam o que a empresa precisa e dizem o seguinte: “olha se você não tem dinheiro para me pagar, tem dinheiro ali, me paga através deste dinheiro”, então a empresa consegue o dinheiro e paga. O Instituto Atlântico fez isso com diversas outras empresas para que desenvolvessem o software específico. Se o primeiro vai atrás dos institutos de pesquisas, o segundo vai atrás de empresas que eventualmente fazem esse desenvolvimento. O terceiro ponto na evolução tanto no BNDES, como nos bancos de desenvolvimento, inclusive na FINEP foram à compreensão que as empresas desenvolvedoras de software de TI no Brasil, elas funcionam como empresa de construção civil, tem um contrato, se investe R\$ 1.500.000,00 onde se desenvolve o software, fica pronto, entrega, recebe o valor que você contratou e paga todas as contas, então a compreensão foi, a empresa precisa se financiar através de um contrato existente, e daí inclusive do BNDES, criaram várias linhas de crédito nesta área, para área de hardware o mais importante foi o cartão BNDES, onde faz com que se comprem os equipamentos necessários e na área de software se faz empréstimo como em qualquer empresa. O fundo de aval veio para resolver o problema da garantia. Existe uma linha interessante no BNDES, isso ainda é possível, eles estão procurando empresas quem têm um faturamento de R\$ 40.000.000,00. O BNDES deseja trabalhar no varejo, querem trabalhar no atacado então só querem trabalhar projetos que estejam entre vinte e trinta milhões de reais. Nesta área existem possibilidades espetaculares, só não se tem certeza se as empresas têm o tamanho suficiente para desenvolver. Coloca-se que para estimular e provocar, pensamentos é o FIT, que o governo do estado não sabe usar ou teme usar. Não existe nenhuma legislação que já esteja completa, que permita que FIT seja utilizado de forma conveniente. Então “o que precisa ser feito?” – Acha-se que o presidente da FUNCAP deveria participar das reuniões da CSTIC, este será o primeiro passo, deve ser um desdobramento desta reunião, pois a preocupação destes recursos já é antiga. O FIT foi criado com um objetivo claro de fomentar inovação nas empresas, ele tem uma legislação própria que permite essa locação de recursos, o que precisa é instrumentalizar a FUNCAP deste processo. Acha-se que existe uma abertura política interessante, onde será possível montar uma estrutura de captação de recursos. Propõe-se simplificar, com responsabilidade, no nível Estadual escrever, pressionar e articular uma política de utilização dos recursos já captados e a captar para fomento a área de tecnologia em particular a tecnologia da inovação. Discute-se o edital que saiu do FUNCAP, onde TI que era uma área prioritária, e não é mais. Que se tem setores estratégicos para os recursos não reembolsáveis que são: comércio e serviço, indústria da construção civil, agronegócio, tecnologia de materiais, saúde, biotecnologia, alimentos, biocombustível, energia eólica, energia alternativa, indústria do turismo e hotelaria, setor têxtil com calça jeans do grupo hoteleiro, mineração, pedras ornamentais e serviços. Segue o edital onde tecnologia da informação é tema prioritário quando enquadrado no setor estratégico do estado descrito. O que é aplicado em todas as áreas, isso não significa que ela não deixa de ser prioridade. Este ponto é muito importante, praticamente o que acontece é o seguinte, agora os

projetos de TI vão ser analisados primeiro pelo ponto de vista de legibilidade. Vão olhar o seguinte, a empresa irá desenvolver um sistema para a área de segurança privada, tendo como exemplo, terá que convencer que a área de segurança cabe em alguma destas áreas descritas no edital, mas fica na mão do avaliador dizer se é elegível ou não. Estes recursos do edital da FUNCAP são destinados para micro e pequena empresa. Diferente dos editais anteriores que era necessário um depósito de 10% do valor da proposta financeira em conta, agora não é mais necessário depositar na conta, ou seja, a compra de equipamentos continua sendo financeiro e não precisa depositar na conta. Neste edital o setor de TI não é um setor alvo de financiamento, mas o que tem que ser analisado é que existem dois tipos de empresas TI: as que fazem o software e as de produtos considera-se um risco dizer que tudo vai para o serviço, pois existem empresas que fazem o hardware é indústria e usando o mesmo raciocínio chega-se a conclusão que software é serviços. **Tibério** se apresenta como representante do Banco do Nordeste inicia com a fala que o Banco do Nordeste é um banco convencional e que o banco perde por isso, mas tem alguns diferenciais e que hoje é cobrada uma taxa entre 3,5%a.a. Como todas as linhas do banco com recursos FNE, ele tem diferencial no prazo que vai até 15 anos com até 5 anos de carência e com um diferencial no limite de financiamento. Se o projeto for caracterizado financiamento de inovação, o banco entra com mais recursos, mais do que se fosse uma operação normal como do setor comercial. **Tibério** destacou que era isso que existia hoje, é que era isso que se podia falar. Destacou que a principal problema é a questão das garantias, hoje o seu fundo são recursos do fundo constitucional, as amarrações deste fundo são imensas e se reconhece isso. O Banco do Nordeste como instituição financeira gestora deste recurso tem muito pouca flexibilidade em relação de mexer com a questão das garantias. O que está sendo feito hoje? Hoje o banco está definido, fazendo uma revisão da política de financiamento do banco, estamos iniciando este processo, que começou em fevereiro, disse que era necessário avançar em determinados pontos, tipo, amanhã, por exemplo, o Presidente do banco foi convocado para uma reunião no Ministério da Fazenda justamente para questão do INOVACRED. Não só o Presidente do banco, mas também o Presidente do BNDES, a equipe do FINEP, onde se acredita que será uma imposição e o Banco do Nordeste terá que operar o INOVACRED. Até então o banco tem critérios já definidos para enquadrar uma operação como sendo uma operação de financiamento da inovação, os primeiros são critérios setoriais, então, por exemplo, o setor que já entra no financiamento de inovação é o de telecomunicações. Existem outros setores também, que atualmente estes critérios são levam a operação para lá ou devem levar. Depois tem outros critérios de enquadramentos que aí vem, são vários, se aquela operação de financiamento prevê que aquela indústria vai desenvolver um novo produto isso entra como financiamento da inovação. Os critérios estão todos lá, para enquadrar na inovação, só que o Banco do Nordeste só consegue financiar grandes empresas. Outro ponto é que para o banco interessa muito a promoção de um processo sistemático de inovação dentro de cada empresa, de todos os setores, inclusive do setor rural. Então, o banco quer estimular isso, que a empresa não precisa desenvolver o produto dela todo lá dentro da empresa, o banco está querendo estimular que a empresa absorva a tecnologia, comece e dê seus pequenos saltos. Esta é a lógica do Banco do Nordeste. Encontra-se na agenda da CSTIC uma visita ao Banco do Nordeste conversar uma melhor abertura para o setor de TI no Ceará, para que possa avançar. **Charles Boris (ASSEPRO-CE)** finaliza a reunião agradecendo a todos e informando que a ata da reunião de fevereiro/2013 será enviada por e-mail para aprovação e se alguém deseja incluir algum comentário envie para o Ricardo Colares. Também convida a todos para lançamento do projeto NAGE que irá acontecer dia 11/04/2013, próxima segunda feira, às quinze horas na SECITECE.